

RESPEITO

PELA

FAMÍLIA

UMA

N. 14/7/83

PRIORIDADE

por António Souto

Defender a integridade da família e a estabilidade moral que ela representa é uma das preocupações permanentes e prioritárias em todo o processo da «Operação Produção», frisou um porta-voz do Comando Operativo Central, ao analisar esta semana com a Informação certas preocupações que têm sido postas por alguns cidadãos.

Como reflexo desta preocupação o Comando Operativo Central tem feito sentir a todas as estruturas envolvidas na «Operação Produção», a forma como na prática se deve realizar o objectivo central desta acção que é combater a fome e a nudez.

Dal que a sua natureza seja essencialmente política e económica, seja essencialmente virada para a criação de condições que permitam a todos os cidadãos participar no desenvolvimento económico e social do País. E para que os cidadãos o possam fazer é necessário que a sua célula de base, a família, tenha uma vida estável.

É à luz destes princípios que a palavra de ordem de voltar para os distritos tem significado em muitos casos, voltar a reunir famílias, apoiando-as para poderem ter uma estabilidade económica. Trata-se na maioria das vezes de indivíduos que além de se encontrarem desempregados vivem completamente desenraizados nas cidades para onde migraram.

— Vivem fora de qualquer meio estável, onde exista uma ética e uma moral, constituídas por certos valores socialmente aceites. Nestas condições vivem numa permanente instabilidade, à margem da sociedade que os rodeia — comentou recentemente um membro do Comando Operativo Central, referindo-se aos resultados da análise efectuada pelos Tribunais dos Postos de Verificação sobre indivíduos que foram detidos.

— É nestas condições que nasce e se desenvolve a marginalidade — acrescentou. — Para evitar, a «Operação Produção» tem fundamentalmente em conta a unidade e estabilidade da família.

Em contrapartida existem casos que embora constituindo uma situação de desemprego, evidenciam também e, sobretudo, uma integração na sociedade através da família. Mesmo que essa integração se faça à luz de valores retrógrados, eles são ainda socialmente aceites e a sua rotura pode significar a desestabilização de uma família e a marginalização de um cidadão — comentou o porta-voz do Comando Operativo Central.

— Que fazer com uma jovem entre os 18 e 20 e poucos anos, que esteja desempregada e não estude, mas viva com a família? A pretexto de a tornar economicamente útil não a podemos afastar compulsivamente da família em que vive profundamente integrada. Fazê-lo seria afastá-la do mundo que

moral e eticamente lhe confere uma certa estabilidade. Em certos casos, poderia significar a criação de condições para mais um caso de marginalidade.

Nesta perspectiva o Comando Operativo Central estabeleceu que as situações de mulheres não trabalhadoras, nem estudantes, vivendo com a sua família e que não possuam Cartão de Trabalho ou o Cartão de Residente, mencione uma situação de desemprego, devem ser cuidadosamente ponderadas. Quando conduzidas ao Posto de Verificação sem qualquer outra situação abrangível pela «Operação Produção», que não seja a do desempregado, são restituídas à liberdade com uma guia de circulação.

De entre as múltiplas situações que têm sido constatadas nestas condições, há as que não oferecem qualquer dúvida e que nem sequer têm de ser conduzidas ao Posto de Verificação, pois possuem o BI e o seu Cartão de Residente já mencionam a situação de domésticas. Isto, acontece particularmente com aquelas que, na prática, já assumem efectivamente essa função, pois os pais trabalham ou são idosos e uma ou duas das filhas ficam em casa enquanto os irmãos trabalham.

Existem no entanto muitos casos em que os pais, devido a certos valores morais não permitem que as filhas abandonem o lar, enquanto não se casarem, apesar de também não serem domésticas, pois essa função é realizada pela mãe ou empregado doméstico.

Nestas circunstâncias a integração de tais raparigas no processo de produção social nunca se poderá fazer em local distante do da residência da família, pois elas terão de continuar a viver aí. Separá-las dos pais, constitui uma violação às normas dessa família.

— E, violar e desintegrar a família, é absolutamente contrário aos princípios que regem a nossa sociedade. Neste domínio, o que a «Operação Produção» tem a fazer é absolutamente o contrário: é reforçar a família. A revolução dos valores que regem a família é uma outra acção completamente distinta — comentou um membro do Comando Operativo Central.

Todos estes casos, incluindo mesmo aqueles em que os pais vão ao ponto de recusar que as filhas que com eles residem exerçam qualquer actividade produtiva antes de se casarem, exigem portanto uma decisão reflectida, sempre respeitando a família.

Por isso, em todos estes casos, estão a ser emitidas guias de circulação, devendo estas situações ser posteriormente analisadas de acordo com a realidade moral e económica do agregado.